

Aliança para aprendizagem

Quando a Cobertura já não é tudo!

Pag. 14

Mission Statement

A nossa razão de ser

O *Ndzava*, Boletim Informativo do WASHCost Moçambique é uma publicação quadrimestral voltado à disseminação de informação sobre actividades do WASHCost; pesquisas e ideias que agreguem valor ao sector de água, saneamento e higiene em Moçambique.

O *Ndzava* divulga artigos de autores nacionais e estrangeiros, seleccionados com base em critérios de originalidade, qualidade e criatividade. Divulga igualmente informação oficial da instituição financiadora do projecto, o IRC bem como de outras entidades relevantes para o sector de Água, Saneamento e Higiene- ASH em Moçambique.

Os artigos aqui expressos são da inteira responsabilidade dos autores e não reflectem necessáriamente a visão oficial do WASHCost, salvo onde especificado.

O principal objectivo do *Ndzava* – Boletim Informativo do WASHCost Moçambique é de incentivar o estabelecimento duma agenda de discussão dentro do sector de águas, saneamento e higiene. Para isso, a contribuição do Ndava visará:

- 1. Aumentar o conhecimento sobre a realidade vivida no sector de AASH em Mocambique:
- Melhorar o entendimento sobre os principais desafios que Moçambique enfrenta para a provisão de um serviço sustentável de AASH
- 3. Incentivar através da comunicação a planificação e orçamentação de projectos de AASH baseando-se nos custos unitários e desagregados inerentes ao abastecimento da água e saneammento.

Assim, o Ndzava trabalhará para:

- a) Oferecer novas ideias e abordagens dferentes;
- b) Relatar as melhores práticas e técnicas utilizadas em diferentes realidades e organizações;
- c) Analisar soluções inovadoras de casos práticos;

Comunicar pesquisas recentes de vanguarda no sector de AASH •

Ficha Técnica

Propriedade: WashCost Moçambique | Edição: 01 | Editor: Egidio Vaz | Colaboradores: André Uandela, Júlia Zita Messias Macie, Hélder Bacar e Arjen Naafs | Fotografia: Washcost (Excepto onde é especificado)

Design e Layout: ZOWONA - Comunicação e eventos, SA | Tiragem: 1000 Exemplares

http://washcost.info/mozambique



Nesta Edição

	Pag
Editorial	04
Corporate	
WASHCost Moçambique: dois anos depois.	05
WASHCost: o que estamos a procura?	07
Pesquisa O imapacto da inflação nos custos de ASH em Moçambique	09
Aliança para aprendizagem	1 ()
Água e saneamento: Uma área crítica para o desenvolvimento	12
Quando a Cobertura já não é tudo!	14
GAS: alavanca para a harmonização no sector de ASH	4 0
em Moçambique	16
Agenda	18



Editorial

Egídio Vaz Raposo

Caro leitor

O primeiro número do Ndzava que tem em mão é fruto de mais um esforço que o WASHCost faz para estar cada vez mais perto de si.

Tratando-se de um projecto de pesquisa, seria inexplicável que o conhecimento produzido por ela dificilmente passasse à grande audiência e por essa via, provocasse debate sobre ele.

Daí, partindo do princípio de que o conhecimento não tem pátria, ele deve obrigatoriamente ser partilhado e enriquecido. E quanto a nós, uma das formas de o fazer, é partilha-lo aqui, neste Ndzava.

A primeira edição desta revista traz um tema fulcral quanto inexorável: ligamos a economia ao sector de Água, Saneamento e Higiene; seus actores, seus processos e precalços.

Mas antes, fazemos uma pequena radiografia, onde analisamos os dois anos passados, desde que o Projecto foi iniciado em Moçambique.

Noutra mão, trazemos uma reflexão sobre como o dinheiro e a competência precisam andar de mãos dadas para que os resultados prognosticados pelos nossos empreendimentos surtam efeitos desejados.

Num país como o nosso, onde a estabilidade da nossa moeda é efêmera, impõe-se que o tempo entre a aprovação dos projectos e a sua implementação seja o mínimo possivel, para que o orçamento inicial não seja deficitário.

Para que os serviços de abasteciemnto de água, saneamento e higiene sejam sustentáveis a nível nacional, impõe-se uma consciência generalizada sobre a necessidade de se ultrapassar a velha prática de planificação e orçamentação baseada em infraestruturas. Afigura-se assim, imperioso não apenas ter-se em conta os custos de infraestruturas, mas sim de todos o serviço.

Mas para isso, precisamos duma única atitude intelectual: coragem para desvendar a verdade e compromisso para com ela.

Estaremos de novo juntos, daqui a cento e vinte dias.

À todos, boa leitura.



Corporate

André Uandela

WASHCost Moçambique: dois anos depois. Progressos, Desafios e Perspectivas

Neste texto, Uandela reflecte sobre os cerca de dois anos da existência do projecto WASHCost em Moçambique.

Uandela salienta o lançamento do projecto, a finalização da metodologia de recolha de dados e a pesuisa em si como três factos que marcaram o projecto. Também nota no GAS - Grupo de Água e Saneamento - um grande potencial para a operacionalização da abordagem do WASHCost em todo sector de águas.

No dia 7 de Novembro de 2008 lançamos, no Centro de Conferências Joaquim Chissano, em Maputo, o Projecto WASHCost. Para nós, esta data foi um misto de satisfação e angústia.

Satisfação, pois acabávamos de lançar um projecto que demorou cerca de 9 meses para nascer, desde os primeiros contactos com o Governo de Moçambique, através do MOPH – Direcção Nacional de Águas; angústia porque, a partir dessa data, todo o sector de águas estaria interessado em ver os resultados práticos de tão estranho e ambicioso o projecto é.

Quase dois anos depois, temos razões para afirmar que as nossas angústias eram justificadas.

Um projecto de pesquisa como este, implementando uma abordagem completamente nova quer a nível interno como internacional, difere de muitos outros na sua essência. Outro aspecto importante a considerar é que o projecto é implementado simultaneamente em quatro países (Moçambique, Índia, Burkina Faso e Ghana) com características diferentes do ponto de vista de desenvolvimento do sector, para não falar das diferenças linguísticas (Português, Inglês e Francês). Harmonizar as abordagens, métodos e indicadores tomou-se uma tarefa gigantesca, alcançada através de trabalho aturado com os colegas de outros países.

Na verdade, ainda olhamos para trás com o mesmo misto de satisfação e angústia. Satisfação por termos conseguido montar uma equipa equilibrada que responde aos desafios do projecto e porque alcançamos largamente os objectivos preconizados no nosso plano; angústia porque ainda não colocámos à disposição do sector aquilo que mais se espera, a informação desagregada sobre os custos dos serviços.

Logramos no início deste ano completar a elaboração da metodologia de recolha de dados, a selecção das províncias, distritos e comunidades onde vai ser feita a recolha de dados em 2010 e os principais instrumentos de recolha. A finalização destes documentos foi o culminar de um trabalho árduo realizado durante 2009. Para o efeito, contamos com a valiosa contribuição de muitos intervenientes do sector que, de forma entusiástica, participaram activamente nas discussões propostas pelo WASHCost em diversos eventos.

Uma das principais componentes da abordagem do projecto é a Aliança de Aprendizagem. Operacionalizar a aliança de aprendizagem, no contexto moçambicano, foi e continua a ser um desafio interessante. Definida como um processo levado a cabo conjuntamente por pesquisadores, agências de desenvolvimento, doadores, fazedores de políticas e sector privado, através do qual boas práticas são identificadas, adaptadas e usadas para fortalecer as capacidades, melhorar as práticas, partilhar informação, identificar áreas de pesquisa e potenciais áreas de colaboração, a aliança de aprendizagem,

"Um dos aspectos críticos para o sucesso do projecto é a sua integração nos mecanismos existente de planificação e orçamentação do sector."



Corporate

na realidade, já existia em Moçambique, consubstanciada no Grupo de Água e Saneamento – GAS. Aproveitar esta plataforma para os propósitos do WASHCost mostrouse um desafio, dada a agenda multifacetada do grupo, que abarca todos os aspectos de interesse do sector.

O ano de 2010 é inteiramente dedicado à recolha de dados primários e secundários. Uma vasta equipa de profissionais está engajada em recolher dados nas províncias seleccionadas (Maputo – Cidade, Inhambane, Manica, Tete, Nampula e Cabo Delgado. A colaboração com o INE permitiu desenvolver uma metodologia que é estatisticamente aceitável e que permite a comparação e integração dos resultados da pesquisa do projecto aos outros estudos realizados ou a realizar a nível nacional.

Um dos aspectos críticos para o sucesso do projecto é a sua integração nos mecanismos existente de planificação e orçamentação do sector. Para o efeito, WASHCost trabalha em estreita colaboração e integrado no SINAS — Sistema de Informação do Sector de Água e Saneamento. Esta integração tem dois aspectos fundamentais a considerar: primeiro, permite a conjugação de esforços e estratégias na recolha, sistematização e análise de dados a todos os níveis; segundo, cria as condições necessárias para que todos os resultados do projecto sejam integrados no sistema normal de planificação,

orçamentação monitoria e avaliação do sector.

O sucesso do WASHCost depende em larga medida da quantidade e qualidade dos dados a recolher e analisar. Muitos dados são obtidos de fontes secundárias, dados existentes nos diferentes intervenientes do sector aos níveis central, provincial e distrital. Neste contexto, gostaríamos de salientar a importante colaboração dos intervenientes na disponibilização de dados. A nível central, temos vindo sistematicamente a obter dados da Direção Nacional de Águas - DNA, Instituto Nacional de Estatística - INE e Conselho de Regulação do Abastecimento de Água -CRA. A nível provincial, todas as DPOPHs tem trabalhado com o projecto na disponibilização dos dados disponíveis. Grandes programas e projectos como PDARI, HAUPA, ASNANI, Iniciativa Um Milhão, WSUP, WSP, entre outros, têm mostrado uma abertura assinalável na partilha de dados. Contamos com todo o conhecimento destas organizações, projectos e programas na fase de análise de dados.

Como referimos acima, iniciamos no mês de Abril o levantamento de dados primários em 6 províncias do país. Contamos com os intervenientes do sector de águas a todos os níveis para lograr sucessos.

* André Uandela é Director do Projecto WASHCost





WASHCost: o que estamos a procura?

Quando se fala em custos de fornecimento de serviços de abastecimento de água, saneamento e higiene, há uma tendência quase que instintiva de olhar sempre para os custos das infra-estruturas e de PEC, uma vez que, na concepção geral, estes são os custos que são largamente visíveis como tendo um impacto na provisão de tais serviços. Na realidade, os serviços de abastecimento de água, saneamento e higiene são resultado de uma variada gama de actividades que se realizam a todos os níveis até se chegar a ter um serviço ao beneficiário.

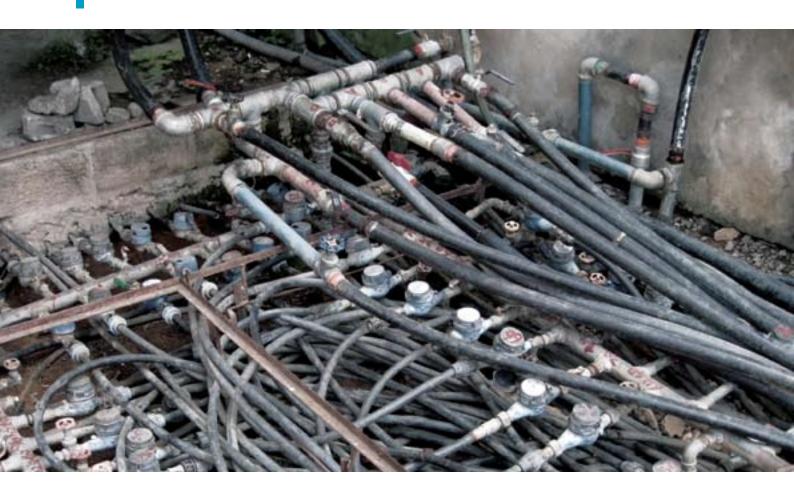
O projecto WASHCost pretende recolher, analisar e desagregar os custos que são incursos em toda a cadeia de provisão de serviços, desde a fase de definição das políticas e estratégias do sector até a fase em que o serviço chega ao consumidor final. Para o efeito, o protocolo de pesquisa do projecto define 6 categorias de custos que são importantes ter em referência para permitir uma melhor planificação e orçamentação do sector, nomeadamente:

- Investimento de capital em activos fixos (CapEx) são os custos que são direccionados para a construção de infra-estruturas de abastecimento de água, saneamento e higiene. Estes custos têm duas componentes: uma que compreende a parte física das infra-estruturas e a outra que compreende todo o trabalho social prévio necessário para a implantação das infra-estruturas.
- Despesas operacionais e pequenas manutenções (OpEx)

 são os custos inerentes às despesas para operacionalizar os serviços e pequenas manutenções rotineiras aos sistemas instalados. As despesas incluem salários de pessoal, compra de componentes de desgaste rápido, pagar energia, combustíveis, etc.
- Despesas de manutenção de capital (CapManEx) são os custos inerentes à manutenção do capital investido em activos fixos, maioritariamente feitos nas situações em que algumas componentes da infra-estrutura se



Corporate



mostram obsoletas e precisam de substituição. As despesas de manutenção de capital são normalmente feitas para renovar ou repor componentes de infra-estruturas ou reabilitar toda a infra-estrutura.

- Despesas de apoio directo (ExpDS) são as despesas inerentes ao apoio técnico multifacetado que se presta ao provedor do serviço. Os custos de monitoria que é feita pelos distritos às fontes de água em apoio aos Comités de Água inserem-se nesta componente de custos.
- Despesas de apoio indirecto (ExpIDS) são as despesas relacionadas com o apoio a nível mais alto, principalmente relacionado com os processos de planificação, orientação e definição de políticas, bem como na manutenção da capacidade institucional necessária para a gestão do sector, incluindo a formação do pessoal.
- Custos de capital (CoC) são os custos do dinheiro, onde os investimentos ou despesas são feitos com recurso a dinheiro emprestado.

Todos estes custos são importantes para ter um serviço equilibrado e sustentável e devem ser tomados em consideração no processo de planificação e orçamentação.

A análise que o projecto irá fazer visa essencialmente responder a cinco perguntas fundamentais nomeadamente:

- Qual é a magnitude actual e relativa bem como a importância dos diferentes componentes de custos (CapEx, OpEx, CapManEx, etc) por tecnologia? (Per capita, por agregado familiar, emitido por metro cúbico)
- Qual é a magnitude actual e relativa bem como a importância dos diferentes componentes de custos (CapEx, OpEx, CapManEx, etc) por cada nível de serviço?
- Em que medida os níveis de serviços providenciados a agregados pobres e não pobres difere?
- Quais são os principais factores de custo da prestação de um serviço sustentável?
- Quais são os indicadores de ouro para a análise da prestação de serviços sustentáveis e equitativos de abastecimento de água, saneamento e higiene

Uma sexta questão que o projecto pretende analisar relaciona-se com os mecanismos, as práticas e os instrumentos que são usados para a tomada de decisões no processo de planificação e orçamentação do sector. No fim, o resultado que se espera é que o projecto possa apoiar o sector de águas a melhorar os sistemas e instrumentos que são usados para a tomada de decisões sobre a orçamentação a todos



Pesquisa

Hélder Bacar*

O Impacto da Inflação nos Custos da Água, Higiene e Saneamento

Em economia, inflação é a queda do valor de mercado ou poder de compra dodinheiro e implica no aumento do nível geral de preços. O oposto, chama-se deflação e proporciona a estabilidadede preços.

Em economia, inflação é a queda do valor de mercado ou poder de compra do dinheiro. Isso é equivalente ao aumento no nível geral de preços. Por exemplo, um pãozinho no ano 2000 custava um metical, e agora em 2010, o mesmo pãozinho já custa 2.5 meticais.

Para entender o impacto da inflação no sector de água, saneamento e higiene, seria necessário estabelecer a diferença entre dois princípios-chave em economia. A inflação para o mercado nacional (interno) que é medida através da variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e a inflação para análises externas (em comparação com outros países) que é medida através do deflator do PIB (Produto Interno Bruto).

A inflação é medida pela variação do Índice de Preços ao Consumidor (CPI, em inglês: Consumer price index) que é uma medida do preço médio necessário para comprar bens de consumo e serviços. O índice, calculado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e também pelo Banco de

Moçambique, é usado para observar tendências de inflação. Éste índice quantifica o custo de um determinado cabaz fixo de bens de consumo em diferentes momentos nas cidades capitais de Nampula, Beira e Maputo.

Por seu tumo, o Deflator do Produto Interno Bruto (PIB) é uma ferramenta estatística para converter a moeda corrente em moeda ajustada a inflação, a fim de comparar preços ao longo do tempo depois de retirar os efeitos gerais da inflação. Em princípio, o preço dos produtos importados tem uma influência reduzida. O deflator do Produto Interno Bruto (PIB) é publicado anualmente pelo Banco Mundial e é a razão entre o PIB Nominal e o PIB Real, ou seja, é o preço de uma determinada mercadoria ou serviço em um determinado ano relativamente ao preço desta no ano-base. O PIB nominal mede o valor da produção da economia (a preços correntes). O PIB real mede a quantidade de produto, ou seja, a produção avaliada em preços constantes (do ano-base).





Pesquisa

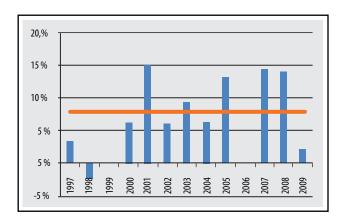
O Efeito da inflação na Economia Moçambicana

Um efeito da inflação de pequena escala implica a renegociação dos preços (salários).

A inflação, entretanto, além destas consequências tem vários outros efeitos crescentemente negativos na economia. Efeitos que se relacionam com o "abatimento" de actividade económica prévia. Vejamos o gráfico abaixo ilustrando as variações médias da inflação nos últimos anos em Moçambique.

Em 1998, aconteceu algo que poucas vezes se repete em Moçambique; a deflação. Este facto foi essencialmente por causa da estabilidade política, facturação dos grandes projectos e a solidez do metical em relação ao Rand e ao Dólar. Daí verificou-se uma subida gradual dos índices inflacionários embora, em certos casos estes houve alguma baixa, a tendência era crescente tendo uma média cerca de 7.3% para este período.

Desempenho da Inflação em Moçambique 1997-2009



Em 2001, a inflação atingiu os máximos dos últimos anos, situando-se nos 15.07% devido, principalmente as cheias que em 2000/2001 assolaram o centro e o sul do país, fazendo com que muitas culturas fossem destruídas e por consequência verificou-se a escassez destas. Por outro lado com a falta de comida no mercado os preços dos principais produtos subiram em flecha, fazendo com que a inflação atingisse esses valores altos. Em 2007 a inflação passou a barreira dos 13% devido, por um lado a subida de preços de cereais no mercado mundial no início do ano, por outro lado a subida dos preços de outros bens (petróleo, frango, cimento) no final do ano. Em 2008 a crise financeira mundial aliada à subida exagerada do preço de petróleo no mercado mundial agravaram a inflação nacional para cerca de 14%. Já em 2009, com o estabilizar da economia mundial, com as políticas agrícolas nacionais e o subsídio concedido pelo governo nos combustíveis, a inflação foi cerca de 2%. Para

este ano espera-se que esta se situe em 9.5% segundo o Orçamento Geral de Estado 2010-2011 e o Plano Económico e Social 2010-2014.

Vemos que a inflação em Moçambique tem uma tendência crescente, embora em alguns casos possa baixar. Isto devese essencialmente aos seguintes factores:

- Balança de pagamentos desfavorável (mais importações que exportações);
- Fraco poder aquisitivo do metical;
- Falta de bens no mercado nacional;
- Mudanças no mercado Financeiro mundial;
- Subidas constantes do preço crude na OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo).

Nos últimos anos (desde 2000) a inflação em Moçambique tem mostrado uma tendência crescente, tendo uma média de 8% (ambos através IPC e deflator do PIB). Baseando nestes dados anos recomendamos neste documento para usar uma inflação média de 8% para as projecções nos anos seguintes.

Por razão de ser um bem social, o preço de água está regularizado. Se o preço dá água não está a subir pelo menos seguindo a inflação, o sector está menos atractivo para investidores. (p.e. instituições financeiros internacionais).

Influência da Inflação no sector da água e Saneamento

Tomemos como exemplo um caso hipotético de um projecto de construção de 20 furos de água no distrito de Macomia, em Cabo Delgado, em Dezembro o de 2009. Este projecto, orçado em 5.000.000,00 MT (cinco milhões meticais), leva 3 anos a ser aprovado pelos doadores e financiadores. Estes, por sua vez, iniciam o desembolso do montante em 2014. Pela tabela abaixo, indicando os índices multiplicadores da inflação projectada para 5 anos tendo como ano base 2009 e uma média de 8% anual, podemos iniciar o cálculo da inflação.

Projecção dos índices inflacionários de Moçambique 2010-2015, tendo 2009 como ano base.

Ano	Media	Índice	Valores
2010	8.00%	1.0800	5,400,000
2011	8.00%	1.1664	5,832,000
2012	8.00%	1.2597	6,298,560
2013	8.00%	1.3605	6,802,445
2014	8.00%	1.4693	7,346,640
2015	8.00%	1.5869	7,934,372

Multiplicando os 5.000.000,00 MT que tínhamos quando o projecto foi elaborado às inflações acumuladas em 5 anos teremos na última coluna os valores reais do projecto em cada ano. Vemos que em 2015, por exemplo, seriam



necessários adicionar mais 2,934,372 Mt (59%) ao valor inicial do projecto ou mesmo em 2010, tínhamos que aumentar 400,000 MT. Aqui fica patente que um Metical hoje vale mais que um metical amanhã. Com o aumento ou diminuição da inflação, aumenta ou diminui o peso sobre o dinheiro em circulação, isso, por sua vez promove um aumento da velocidade, na fórmula de circulação do dinheiro.

Por outro lado, podemos reajustar preços antigos para preços actuais. Em anexo II está apresentado um factor (baseado no GDP deflator) anual para obter os preços do 2009. Por exemplo, dez quilos de arroz no ano de 2000 custava 100 mt, precisa ser ajustado com um factor de 1.94 para chegar ao preço corrigido de 2009 (194 mt), ou seja custa quase o dobro.

Consequências da inflação nos preços de água

Até agora, foi discutida a influência da inflação nos preços em geral. Mais por outro lado podemos também ter em conta que o preço da água está regularizado e fixado pelo governo. Numa economia como a nossa em que alguns sectores são "indexados" (agrupando os bens em cabazes) ou corrigidos, quanto à inflação e outros não, a inflação age como uma redistribuição em sentido dos sectores indexados. Um exemplo prático disso é o valor da portagem pode aumentar em 30% mas esta terá menos impacto que o óleo se este subir 10%. A ponderação é um factor muito importante na determinação da inflação desagregada em economias em desenvolvimento como a nossa. A real influência do sector da água no total da inflação nacional: só 1,6% conjugados com o abastecimento de água e serviços de habitação.

Conclusão

fazemos comparações internacionais Ouando orçamentação para doadores exteriores, utilizámos o deflator do PIB para ajustar a inflação anual, para comparações nacionais, utilizámos a inflação baseado no IPC. Ao logo do tempo as médias do IPC e deflator são comparáveis e para ajustar preços históricos no sector, recomendamos o uso do deflator do PIB, por ser mais fiável.

Nos últimos anos a inflação em Moçambique tem mostrado uma tendência crescente, tendo uma média de 8 a 9%. Estes são os valores recomendados para ser usados na orcamentação.

A inflação tem é responsável por diversas distorções na orçamentação. As principais distorções identificadas para o sector são:

- Quando se estiver a fazer a orçamentação de qualquer projecto tem de se levar em conta as projecções inflacionárias, para reduzir ou minimizar as perdas do valor do dinheiro.
- É sempre bom incluir nos orçamentos uma provisão para a queda do valor do dinheiro ao longo do projecto para se evitar surpresas.
- Desvio dos investimentos para outros sectores quando o preço de água não está ajustado para inflação.

Bibliografia

HARBERGER, A. C. (Org.), Project evaluation: collected papers. Chicago: Markham, 1972,

BERNANKE et al. (1999). Inflation Targeting: lessons from the international experience. Princeton: Princeton University Press. TAYLOR, J. (1994). The inflation Output variability trade-off

MAIA, I. M. Economia internacional e comércio exterior. 8ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

www.ine.gov.mz/ipc.html • www.bancomo.mz

www.databank.worldbank.com • www.wikipedi.pt

I Em economia Indexar sectores significa classifica-los consoante a sua importância na contribuição da inflação final. Por exemplo a subida do preço de chapa e pão é 3 vezes mais importante que a subida das tarifas de celular.

^{*}Helder Bacar é licenciado em Gestão, e investigador do WASHCost



Apesar de se ter feito um progresso considerável ao longo dos últimos anos para fazer chegar o abastecimento de água e o saneamento a mais pessoas, a água e o saneamento continuam a ser uma das áreas mais subdesenvolvidas de Moçambique.

Pouco mais de um terço da população tem acesso à água potável e 45 por cento ao saneamento adequado. Calculase que mais de 300.000 crianças necessitem de acesso à um abastecimento de água e saneamento melhorado todos os anos para atingir a meta dos ODM para água e saneamento em 2015.

Existem disparidades significativas no sector, em particular entre as áreas urbanas e rurais. Por exemplo, apenas 23 por cento dos Moçambicanos que vivem nas áreas rurais e 66 por cento dos que vivem em áreas urbanas usam uma fonte de água melhorada.

O acesso fraco e desigual à água potável segura e à saneamento adequado é responsável por surtos regulares de cólera e a diarreia é uma causa principal de doença e mortalidade infantil. Regista-se também uma prevalência mais elevada da diarreia nas áreas afectadas por secas. As crianças têm mais probabilidade de ficar doentes devido a doenças transportadas pela água quando começam a utilizar fontes de água não seguras tais como rios.

A falta de acesso à água e saneamento seguro infringe também os direitos da criança à educação e protecção. Mais de dois terços das escolas primárias não têm instalações de água e de saneamento, uma situação que afecta de forma negativa a presença nas escolas, em particular das raparigas.

As raparigas têm mais probabilidades de faltar à escola quando vão buscar água para as suas famílias. Viajar longas distâncias para a fonte de água mais próxima também as expõe ao perigo de abuso.



Aliança para aprendizager

Melhorar as condições básicas de vida

Os Ministérios das Obras Públicas e Habitação e da Saúde, com o apoio do UNICEF e de outros parceiros, trabalham para aumentar a cobertura de água e de saneamento, melhorar a prestação de serviços e reduzir a incidência de doenças transportadas pela água tais como a cólera e diarreia nas partes rurais e urbanas do país com baixa cobertura e incidência elevada de doenças transportadas pela água e do HIV e SIDA.

Uma estratégia importante envolve reforçar a capacidade do Governo para gerir melhor o sector de água e de saneamento. O UNICEF fornece apoio técnico para melhorar o planeamento de programas e os sistemas de implementação, monitoria e avaliação.

São criadas parcerias com instituições de pesquisa, parceiros de desenvolvimento, ONGs e o sector privado para desenvolver tecnologias de água e de saneamento inovadoras. As organizações da sociedade civil, o sector privado e os membros da comunidade estão integrados na implementação dos programas nos quais fornecem conhecimento e mão-de-obra para instalar furos, bombas de água, reservatórios de água e latrinas.

Através da advocacia do UNICEF, as abordagens de género

Fonte: UNICEF Moçambique: http://www.unicef.org/mozambique/pt/child_survival_3138.html Retirado em 30 de Junho de 2010

centradas nas crianças são utilizadas para promover a participação dos jovens e assegurar que as necessidades das raparigas são centrais na implementação do programa. O UNICEF e os parceiros apoiam o sector na reabilitação ou construção de instalações de água e de saneamento de baixo custo nas comunidades e nas unidades sanitárias.

Os facilitadores e activistas comunitários recebem formação na consciencialização da comunidade sobre a higiene e a importância de água limpa e de saneamento para combater doenças oportunistas relacionadas com a infecção pelo HIV.

As autoridades provinciais e as ONGs, com a orientação técnica e o apoio financeiro do UNICEF, instalam ou reabilitam sistemas de abastecimento de água nas escolas e latrinas separadas para raparigas e rapazes no âmbito da iniciativa Escolas Amigas da Criança. O acesso melhorado à água e saneamento tem um impacto positivo nas matrículas, retenção e desempenho, em particular para raparigas e crianças órfãs.

O UNICEF apoia o Governo no desenvolvimento de políticas sectoriais pró-pobres que focam a equidade bem como o planeamento descentralizado, monitoria e mecanismos de avaliação. O objectivo é de criar um ambiente conducente à gestão sustentável do sector de água e de saneamento.





Aliança para aprendizagem

Quando a Cobertura já não é tudo!

Por: Manuel Carrilho Alvarinho*

Visitei pessoalmente estes sistemas nos últimos meses, também designados por "4 Cidades do Sul (4CS)" e pude estar nas extremidades das redes de distribuição. Em pouco mais de 4 anos, a situação melhorou substancialmente e começamos a ter o fenómeno de fontanários, com água e pressão, estarem praticamente sem utentes. Algo similar constatara em meses anteriores nas visitas a Beira, Nampula e Ouelimane.

Assim parece que nos sistemas principais do QGD, o alcance das metas dos ODMs é possível. Bem...! Se calhar fizemos, e bem, o que era menos difícil! Viabilizamos uma grande injecção de investimentos, reforçamos a gestão, mas agora temos que fazer com que os sistemas funcionem com eficiência e elevado desempenho profissional e comercial para os próximos 10 anos, digamos!

Gostaria que voltássemos a dar grande importância não só às condutas e ETAs, mas também ao sistema de informação, o controle de perdas, o melhor relacionamento com os consumidores, isto é, o "Serviço"!

Podemos ter um machibombo novo e bonito mas o serviço ser uma lástima.

Temos que elevar o perfil da operação, manutenção e gestão dos sistemas. Temos que, como imagem, ter cerimónias e visitas do Chefe do Estado para premiar a ETA melhor gerida, etc.

Por isso, agora o CRA vai visitar mais os macro-medidores e ligações nas periferias e menos as bombas e estações de tratamento.

Vamos também iniciar acções de avaliação comparativa entre sistemas sobre a qualidade de serviço e o desempenho das empresas. Temos que ver surgir o "bom serviço" que garanta, ÁGUA PARA TODOS!

Artigo gentilmente cedido pelo CRA para o Ndzava

Artigo inicialmente publicado no Boletim Informativo do CRA nº 7

* Manuel Carrilho Alvarinho é Presidente do CRA-Conselho de Regulação do Abastecimento de Água

"Agora temos que fazer com que os sistemas funcionem com eficiência e elevado desempenho profissional e comercial para os próximos 10 anos"



Com a implementação do PRONASAR: Água e saneamento para 1,3 milhão na zona rural

Cerca de um milhão de habitantes das zonas rurais do país vão passar a dispor de fontes de água potável seguras e outros trezentos mil terão acesso a boas práticas de saneamento do meio no decurso do presente ano. Os números figuram como metas do primeiro ano de vigência do Programa Nacional de Água e Saneamento Rural (PRONASAR), cujo fundo comum foi activado na tarde de ontem, na cidade de Maputo.

O Governo assinou com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Embaixada dos Países Baixos, Departamento do Reino Unido para a Cooperação Internacional (DFID), Agência Canadiana para o Desenvolvimento Internacional (CIDA) e Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC) um memorando de entendimento para a implementação deste programa recentemente lançado pelo Executivo.

O PRONASAR é um instrumento que vai permitir que o país alcance os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio no que tange a estes dois aspectos, na medida em que vai possibilitar que 70 porcento da população tenha acesso a água potável e que 67 porcento disponha de condições de saneamento do meio até 2015.

Dados tomados públicos na ocasião indicam que numa primeira fase, 2010/2013, o programa vai abranger diversos distritos das províncias de Maputo, Gaza e Zambézia, sendo que só neste primeiro ano consumirá cerca de 11 milhões

de dólares norte-americanos.

Leila Pakkala, representante do UNICEF no país, disse, falando em nome dos restantes parceiros de cooperação, que as metas estabelecidas para este ano serão atingidas, independentemente das modalidades de financiamento.

"Estamos confiantes que com a forma coordenada e harmonizada que nos propomos materializar poderemos, em conjunto, assegurar o alcance, de forma sustentável dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, particularmente os relativos ao abastecimento de água e saneamento", disse

Cadmiel Muthemba, Ministro das Obras Públicas e Habitação, outro signatário do acordo, caracterizou o momento de "ímpar" para o sector, justificando que significa um reforço importante na gestão e implementação do abastecimento de água e saneamento rural no país.

O governante disse que o desenvolvimento do PRONASAR pretende reforçar o investimento no abastecimento de água e saneamento no meio rural e tem como objectivo principal contribuir para a satisfação das necessidades humanas básicas, melhorar o bem-estar da população e contribuir para a redução da pobreza no país.

Notícias: http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/berwsea0.simples Retido no dia 30 de Junho de 2010





Messias Macie*

Grupo de Água e Saneamento — a alavanca para uma melhor coordenação, harmonização e alinhamento no abstecimento de água e saneamento em moçambique.

Partilhar, discutir e aprender

O Grupo de Água e Saneamento, vulgo GAS existe em Moçambique desde o ano de 2002 e pela sua efectividade e quantidades de processos que consegui induzir pode muito e bem ser comparado ao efeito ou papel que a alavanca da bomba manual produz ao ser manipulada, para baixo e para cima

De facto para o cidadão comum um dos componentes de maior relevância é a alavanca, podemos reparar nas visitas de campo que para impedir que a bomba seja utilizada em determinadas horas do dia a alavanca da bomba ou é trancada ou é mesmo retirada resultando dai que ninguém mas ninguém mesmo possa obter o precioso líquido.

A analogia com a alavanca da bomba manual encaixa com uma luva na mão aos efeitos que o GAS apesar do seu carácter informal, tem conseguido induzir no Abastecimento de Água e Saneamento em Moçambique.

Com efeito desde o seu estabelecimento, em 2002 o GAS funciona com um dos principais centros de diálogo sobre assuntos cadentes do sector como por exemplo:

- A Elaboração do Plano Director de Abastecimento de Agua e Saneamento para Província da Zambézia. O primeiro plano director provincial no pós independência:
- A elaboração do Plano Estratégico de Agua e Saneamento – Componente de Agua e Saneamento Rural:
- O Estabelecimento do Sistema de Informação Nacional de Agua e Saneamento:
 - Discussão sobre indicadores
 - Discussão sobre taxas de acesso versus taxas de
- A elaboração do Regulamento de Água para o consumo humano;
- As discussões para a introdução em regime experimental da abordagem do Saneamento Total Liderado

pela Comunidade;

- A Monitoria do Plano Económicos Sociais;
- Elaboração e revisão do PARPA II
- Introdução, monitoria e avaliação do projecto WASHcost:
 - Definicão dos níveis de servicos
 - Definição de amostras e áreas piloto.
- Elaboração de Cenários Fiscais de Médio Prazo.

O GAS tornou-se com o tempo numa verdadeira alavanca a partir do movimento da qual jorra a dinâmica e a demonstração efectiva de que com o diálogo franco e aberto é possível edificar um sector de abastecimento de água coeso. De facto o ganho que o sector obteve com a criação do GAS foi sem dúvida cada vez maior coordenação, harmonização e progressivo alinhamento (aqui incluo uma aparente clima de crispação de em dados momentos prevaleceu no sector) entre os vários actores, a recente desenho e aprovação do Programa Nacional de Água e Saneamento – PRONASAR.

Este grande ganho pode ser manifestado pela progressiva melhoria nos processos de planificação, monitoria e avaliação do sector.

Ao longo quase 8 anos de existência, os pontos fortes do GAS que obviamente devem ser capitalizados o facto de GAS:

- Ser um espaço informal para discussão franca e aberta sobre matérias "quentes" do Abastecimento de Água e Saneamento:
- Permitir uma permanente troca de experiencias sobre os desenvolvimentos/inovações no sector;
- Facilitar a obtenção de consensos sobre assunto relevantes, antes que os mesmos sejam discutidos nos fóruns formais;

Aliança para aprendizagem

Permite a rápida expansão geográfica e institucional de

Em suma, podemos afirmar usando a linguagem que

abrangente do que a sua concepção inicial, são o caso de Urbano incluído). Pode ser que o facto de grande parte dos participantes do GAS terem as suas acções concentradas

Outro aspecto relaciona-se com a presença do grupo noutras provincias. Esperava que a iniciativa baseada em Maputo,

afirmação do GAS tal como o conhecemos. São eles:

- Unicef (Angelina Xavier). A Unicef tem secretariado o GAS desde a sua criação, lembrando que entre 2002 e 2004 esteve mesmo na liderança do GAS.
- Direcção Nacional de Águas, nas pessoas dos ex directores nacionais Américo Muianga e Julião Alferes e na





Agenda

Coordenação no sector se água e saneamento Grupo de Água e Saneamento (GAS) Plano Semestral Junho - Dezembro 2010

O que é o Grupo de Água e Saneamento?

O GAS é oo Fórum que serve para consultas e discussões técnicas e de recomendações em apoio aos reforços do Governo de Moçambique para o alcance das metas de água e saneamento do país.

Ele é constituído por profissionais qualificados, disponíveis e comprometidos em providenciar o seu saber e participar activamente nos encontros do Grupo.

Dentre as várias atribuições do GAS, salientam-se as seguintes:

- Operar como grupo de apoio ao Grupo Núcleo de Doadores e Parceiros do sector de Águas e Saneamento.
- Iniciar e apoiar a realização de pesquisas, documentação e disseminação de informação, nas áreas estratégicas do sector.
- Assistir o desenvolvimento e sustentabilidade do sector, através de apoio na revisão de políticas e desenvolvi-

mento de estratégias e planos de implementação do sector.

- Melhorar a coordenação e colaboração dos intervenientes do sector com vista a maximizar o impacto e evitar duplicação de esforços; assegurando que as actividades e abordagens dos programas estejam em conformidade com o contexto da Política Nacional de Águas.
- Apoiar o desenvolvimento coordenado e implementação das questões chaves do sector no contexto do processo de descentralização, tais como: opções tecnológicas, comunicação, rede de peças sobressalentes, sistemas/modelos de operação e manutenção, saneamento e promoção de higiene, capacitação, princípio de procura, sistemas de financiamento e de monitoramento & avaliação do sector.

Formas de Funcionamento

O GAS é dirigido pela DNA, através do GPC. Ele reune-se mensalmente, na última sexta-feira de cada mês, pelas 09:00 horas. As sessões do GAS têm a duração de duas horas.

Dia	Evento	Local
30 de Junho 2010 — 02 de Julho 2010	XVVIII Conselho Coordenador do Ministério de Obras Públicas e Habitação	Pequenos Libombos (Provincia de Maputo)
05 de Julho de 2010 - 07 de Julho de 2010	Encontro da equipa técnica de de Planificação	Pequenos Libombos (Provincia de Maputo)
Agosto de 2010	Reunião do Comté de Coordenação do Projecto WASHCost Moçambique	Maputo
Agosto	Revisão Conjunta do Sector de Aguas e Parceiros de Cooperação	Maputo
Agosto	Início do Estudo de Base do PRONASAR	Nacional

Reunião Nr/Data	Principais temas/actividades	Responsável	Local (Observações)
05 (24. Junho. 10)	 Qualidade das bombas manuais e processo de inspecção das bombas manuais no país; (i) Experiencias da abordagem de PEC Zonal; (ii) gestão & manutenção descentralizadas (modelos de gestão das fontes dispersas; rede de peças sobressalentes; aspectos de género; papel & capacidade dos distritos na supervisão/apoio técnico às comunidades); Experiencias piloto de uso das bombas manuais (p/ grandes profundidades): VERGNET, AFRIPUMP; sistemas solar 	LEM, DNA/DAR DPOPHs/Distritos (por indicar) DNA/DAR; DPOPHs; ONGs	



Agenda

Reunião Nr/Data	Principais temas/actividades	Responsável	Local (Observações)
06 (24. Julho. 10	Tema: Água, Saneamento & promoção de higiene peri-urbano — Abordagens de implementação • Proposta de estratégia para acelerar o saneamento peri-urbano com base nas experiencias & lições aprendidas dos projectos/programas (CARE/WSUP; WaterAid, UN-Habitat, MCC; UNICEF)	LEM, DNA/DAR DPOPHs/Distritos (por indicar) DNA/DAR; DPOPHs; ONGs	
07 (27. Agosto. 10)	 Tema: Sistemas de abastecimento de água canalizada Gestão dos sistemas de água canalizada (grandes e médios): (i) progressos no estabelecimento/consolidação do Quadro Institucional dos sistemas canalizados (FIPAG, AIAS, APAS); (ii) processo de licenciamento dos Operadores Privados (OPs), desafios & oportunidades e a capacidade nacional de gestão dos sistemas; (iii) investimentos (em curso e perspectivas) para expansão & melhoramento dos sistemas;ta 	DNA/DAU & FIPAG	
08 (24. Setembro. 10)	 Tema: Planificação & Implementação descentralizada – nível distrital Avaliação do impacto dos recursos descentralizados na melhoria dos níveis de serviços de água e saneamento; Normas de procurement dos serviços Vs capacidade dos distritos e províncias na implementação destas normas; Perfuração e gestão de contractos, desafios & oportunidades (com base nas lições aprendidas dos projectos/programas — ASNANI, Iniciativa Um Milhão); Experiências na preparação e implementação dos Planos Directores provinciais de água e saneamento 	Distrito/DPOPH UGEA/DNA (Unidade Gestora & Executora das Aquisições) DNA/DAR (DPOPHs Nampula, Tete) — UNICEF	
09 (24. Outubro. 10)	 Tema: Efectividade da ajuda – progresso no sector das águas em Mozambique Progressos na implementação do PRONASAR (Fundo Comum +Projectos): coordenação, prestação de informação (física e financeira) Proposta do Plano Anual de Implementação (PRONASAR) e PES 2011 - componente água e saneamento urbano, peri-urbano e rural; Resultados da Avaliação Conjunta semestral/10 	PRONASAR Coordenação/ DNA/GPC GPC/DNA - Chair do Grupo de Doadores	
10 (26. Novembro. 10)	 Tema: Qualidade de água para consumo humano Processo de monitoramento da qualidade de água no país; Experiencias sobre tratamento de água ao nível familiar (uso de filtros de cerâmica, CERTEZA) e seu impacto na mitigação dos curtos de cólera 	MISAU – OMS ONGs	

